



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Alves Mourão, Victor Luiz

Temporalização do espaço social: apontamentos para uma sociologia do tempo

Ciências Sociais Unisinos, vol. 52, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 69-79

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93845798009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Temporalização do espaço social: apontamentos para uma sociologia do tempo

Temporalization of social space: Remarks toward a sociology of time

Victor Luiz Alves Mourão¹
vmourao@ufv.br

Resumo

Este artigo possui dois objetivos: (i) organizar parte do debate teórico sobre o tempo no interior da sociologia e (ii) levar adiante uma caracterização da teoria social que incorpore de maneira substantiva a discussão temporal através da noção de temporalização do espaço social. Tais objetivos serão perseguidos através da análise de como diferentes autores e teorias clássicas da sociologia trataram a temática do tempo, tentando apreender as formulações e os aspectos que nos auxiliam nesta análise. A empreitada que é levada adiante é um experimento de entrada no tema da modernidade através da sua temporalidade: como a modernidade e/ou as relações sociais modernas podem ser compreendidas através de sua ligação com o tempo, ou ainda como elas constroem uma temporalidade específica que permite a emergência de um tempo caracteristicamente moderno.

Palavras-chave: sociologia do tempo, temporalização do espaço social, teoria sociológica.

Abstract

This article has two objectives: (i) to organize the debate about time within sociology and (ii) to carry out a characterization of social theory that incorporates in a substantive way the temporal discussion through the notion of temporalization of the social space. These objectives will be pursued by analyzing how different authors and classical theories of sociology dealt with time, trying to grasp the formulations and the aspects that help us in this analysis. The project which is carried forward is an experiment in approaching the theme of modernity through its temporality: how modernity and/or modern social relations can be understood through their connection with time, or how they build a specific temporality that allows the emergence of a distinctively modern time.

Keywords: sociology of time, temporalization of social space, sociological theory.

Introdução

Falar sobre o tempo é correr o risco de, a cada momento, resvalar em uma miríade não relacionada de relatos e interpretações que denotam a falta de concordância geral sobre o tópico. Este trabalho representa um esforço no sentido de (i) organizar o debate teórico sobre o tempo no interior da sociologia e (ii) levar adiante uma caracterização da teoria social que incorpore de maneira substantiva a discussão temporal (Baert, 2000; Martins, 1974). Tais objetivos serão perseguidos através da análise de como diferentes autores e teorias clássicas da sociologia trataram a temática do tempo, tentando apreender as formulações e os aspectos que nos auxiliam nesta análise. A empreitada que é levada adiante

¹ Professor de Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa. Av. Peter Henry Rolfs, s/n. Campus Universitário, 36570-900, Viçosa, MG, Brasil.

é um experimento de entrada no tema da modernidade através da sua temporalidade: como a modernidade e/ou as relações sociais modernas podem ser compreendidas através de sua ligação com o tempo, ou ainda como elas constroem uma temporalidade específica que permite a emergência de um tempo caracteristicamente moderno.

O caráter do tempo hodierno, exibido como algo distinto e inédito do que já foi visto e vivido, não impressiona tanto por ser considerado novo ou em ruptura com o passado, mas principalmente por se encontrar em permanente tensão com uma quantidade enorme (e crescente) de passados e tradições que atuam contrafactualmente à modernização continuamente anunciada. É como se a gestação do novo fosse umbilicalmente ligada à confecção do velho. Esse sentimento geral perpassa o (pequeno) projeto aqui ensejado: o de entender por quê, como, e sob quais condições, essas expectativas, essa descontinuidade que está sempre a aparecer, vêm à tona e refazem (ou levam adiante) um horizonte temporalista que se desenhou no imaginário moderno. Aproximo-me aqui da discussão sobre uma modernidade múltipla (Domingues, 2002), tentando liberar os potenciais emancipatórios através da discussão de uma temporalidade moderna múltipla.

Este artigo é dividido em cinco seções. Na primeira, estão expostas algumas interpretações sobre o processo de construção da temporalidade moderna abstrata – típica da 1ª modernidade e normalmente referida como “espacialização do tempo”. Na segunda, focaremos a problemática da questão temporal na ação, mostrando como esta aponta para uma fragmentação temporal e, ao mesmo tempo, como constitui uma dimensão fundamental da resolução do problema da ordem tal qual concebido por Giddens. Na terceira seção, iremos focar o projeto mais claramente sociológico, da emergência de um tempo social *sui generis*, projeto esse iniciado pelo grupo durkheimiano e que foi levado adiante por uma série de outros autores. Na quarta seção, realizaremos a retomada de uma perspectiva pragmatista do tempo, conectando-a a discussões mais contemporâneas de um tempo social da 3ª modernidade. Na última seção, buscaremos concluir os argumentos, resumindo os achados.

Homogeneização temporal

Um dos primeiros sociólogos a se dedicar à temática do tempo foi o húngaro Georg Lukács, talvez o mais hegeliano dos marxistas. O ponto de partida central para o desenvolvimento de suas reflexões sobre o tempo é a teoria da reificação e da fetichização da mercadoria (Vandenberghe, 2009, p. 140). Tal centralidade é justificada pela própria posição fundamental que a reificação ocupa na sociedade capitalista, desvendável na análise do próprio enigma da estrutura mercantil. Que enigma é esse?

A essência da estrutura da mercadoria [...] se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e

inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens (Lukács, 2003, p. 194).

Essa dissimulação, que apresenta relações entre homens como sendo, falsamente, relações entre coisas, faz parte da essência da estrutura mercantil na sociedade capitalista, e dá sustentação ao fenômeno de fetichização da mercadoria. Mas, pergunta-se Lukács, quando se pode dizer que a troca de mercadorias é a relação social predominante em uma sociedade? Essa dominação, como forma influente e decisiva na configuração de uma sociedade, não é apenas uma questão quantitativa, de quantas relações de troca são efetuadas em uma sociedade: há uma diferença *qualitativa* entre sociedades que ocasionalmente entretêm relações de troca mercantis e outras que são fundamentalmente configuradas por elas. Trata-se, portanto, de hegemonia. A troca mercantil existiu em outras sociedades e em outras épocas; porém, somente enquanto *categoria universal* que ela realizou essa diferença qualitativa que permitiu a configuração de uma sociedade formada essencialmente por relações mercantis. É quando se torna uma “segunda natureza”, naturalizando-se, que uma sociedade mercantil se estabelece (Lukács, 2003, p. 194ss.).

De que maneira funciona essa reificação do mercado? As leis que regulam o mercado parecem estrangeiras aos homens sob duas maneiras: objetivamente, como leis que funcionam autonomamente, em oposição ao homem, ainda que este as conheça; e subjetivamente, já que a própria atividade do homem se objetiva com relação a ele mesmo, submetendo-se à relação mercantil, e destinada a satisfazer às necessidades mercantis (Lukács, 2003, p. 199). Lukács inverte a tese weberiana da racionalização como condição necessária (ou de afinidade eletiva) para a emergência do capitalismo; aquela se torna consequência deste (Vandenberghe, 2009, p. 148). É por ter esse caráter reificado que o ser humano concreto passa a sofrer um tensionamento em relação a este processo de racionalização, já que as características humanas se tornam meras fontes de erro face ao cálculo racional das leis abstratas e homogêneas do sistema mercantil (Lukács, 2003, p. 203-204).

É aqui que se opera a passagem da racionalização (e formalização) do trabalho para a homogeneização do tempo via constituição do “tempo de trabalho socialmente necessário”. É essa *abstração real* que permite a absolutização e formalização do tempo de trabalho de maneira abstrata-igualitária. Daí as recorrentes investidas dos tecnólogos modernos na busca pela precisão crescente de mensuração do tempo: há uma espécie de *cluster* de fenômenos de racionalização que ligam de maneira forte o cálculo racional, o processo de formalização (ou mercantilização) do trabalho e a subordinação do homem à máquina (Lukács, 2003, p. 202-203; Thompson, 1967). Esse processo, seguindo Lukács,

transforma também as categorias fundamentais da atitude imediata dos homens em relação ao mundo: reduz o espaço e o tempo a um mesmo denominador e o tempo ao nível do

espaço. [...] O tempo perde, assim, o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num continuum delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de "coisas" quantitativamente mensuráveis (os "trabalhos realizados" pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana); torna-se um espaço (Lukács, 2003, p. 204-205).

Esse é o processo que ficou conhecido como espacialização do tempo: a objetivação, abstração e homogeneização, a criação de uma imagética linear do tempo sob esquemas racionalista-capitalistas.

O processo de homogeneização temporal é o resultado da mercantilização racionalizada do trabalho humano, que o abstrai de sua concretude pela criação de um trabalho abstrato que permite a comparação dos diferentes trabalhos concretos realizados de acordo com o tempo médio socialmente necessário para a realização de tal trabalho. A partir daí, a configuração de um sistema abstrato temporal é ligada a essa dessubstancialização do trabalho concreto em uma homogeneidade temporal que não só não leva em conta as particularidades do trabalhador, como o coloca em oposição ao "bom" funcionamento do mercado e de seu avanço.

Tempo da ação

A configuração imaginária de uma temporalidade abstrata, homogênea e absoluta não foi o único modelo concebido no interior do pensamento ocidental. Uma das principais alternativas a tal absolutização temporal teve suas raízes em Edmund Husserl e Henri Bergson, que foram em busca de uma temporalidade própria à subjetividade e à consciência dos seres humanos, procedimento que visava exatamente se contrapor à onipresença da temporalidade descarnada e aexperencial. Um dos principais arautos desta concepção no interior da sociologia foi Alfred Schutz, que aliou a discussão sobre o tempo a noções como mundo da vida, retenção, protensão, racionalidade, ação e ato. Neste sentido, Schutz desenvolveu uma teoria que fenomenologizou a compreensão weberiana da ação, e sua construção teórica temporal é exemplar deste amálgama.

Ação e ato: temporalidade fragmentada

A partir de uma concepção fenomenológica do ponto-de-vista-natural para se entender o mundo-da-vida, Schutz dá ao significado (e ao simbólico) um lugar na realidade: "it is the meaning of our experiences and not the structure of the objects, which constitutes reality" (Schutz, "Symbol, Reality and Society", in Muzzetto, 2006, p. 6). Temos em Schutz uma afirmação dos significados como constitutivos da realidade e uma ruptura com uma ontologia na qual a realidade e as coisas possuiriam uma propriedade "última" única, numênica, uma essência que poderia explicar seu real estatuto enquanto objetos. Trata-se de um

deslocamento da busca pela coisa-em-si kantiana para a investigação dos significados ligados à cognição simbólica humana.

A incorporação do tempo em Schutz é (aparentemente) presenteísta: o ponto de vista fenomenológico permite a incorporação da questão temporal, levando em conta a *durée* bergsoniana e o *dasein* heideggeriano, com o foco central no curso presente da ação. O *world in actual reach* tem um caráter temporal da experiência presente imediata, com o estoque de conhecimento à mão construído a partir de sedimentações do passado e com uma referência temporal atualizando os passos futuros da ação e da explicação (Schutz e Luckmann, 1973, p. 51).

Schutz avalia que, pela falta da discussão temporal em sua teoria da ação social, Max Weber foi incapaz de separar ação (em progresso) e ato (completo e com significado "embutido"). Ação, para Schutz, é orientada para o futuro. Ela realiza algo que altera as condições existentes da realidade. Mas o estabelecimento de significado (*meaning*) se dá pelo recurso ao tempo passado. É entre esta ação voltada para o futuro e a significação estabelecida ao se refletir sobre a experiência passada que Schutz vê a temporalização básica a partir do ponto-de-vista-natural do ser-no-mundo.

Quando o ator age, ele não tem acesso ao significado de suas ações: só é cabível, neste momento, o acesso aos "motivos a fim de". O fato da ação estar se desenrolando, do ator estar agindo, impede que este tenha acesso aos "motivos por que" de seus atos. Estes últimos motivos são o significado da sua ação, e é somente em estado de "ato" que se pode apreender os "motivos por que" da ação (já realizada) dos atores: "o significado de uma ação é o seu ato correspondente" (Schutz, 1979, p. 128). Este estado de "ato" emerge em duas situações diferentes: quando o ator avalia em retrospecto os atos realizados no passado; ou quando o ator imagina as ações não realizadas ou em curso como já sendo efetuadas, projetando-as como "atos": o que é planejado não é a ação, mas o ato enquanto ação concretizada, finalizada (Adam, 1990; Muzzetto, 2006, p. 34-37). Apenas a primeira situação é genuína, ou seja, só ela "realmente" realiza a apreensão de significado do ato por parte do ator. A segunda possui antes um estatuto virtual, de imaginação prospectiva de um futuro ainda indeterminado: este é o "*modo futuri exacti*" de que nos fala Schutz (1979, p. 125). Mas ambas têm em comum o fato de que o ator descontinua sua ação, interrompendo a sequência "natural" de suas ações para refletir sobre os atos realizados ou a serem realizados.

Esse *modo futuri exacti* é a única maneira pela qual o ator pode antecipar o significado de uma ação em curso ou ainda não realizada. Mas, como dito, esta não é uma maneira genuína de apreensão do significado do ato, pois somente com a realização do ato é possível a apreensão real daquele. A experiência do ator permite que *as coisas pareçam diferentes no dia seguinte*: a experiência tem que ser incorporada ao estoque de conhecimentos de modo que seu significado seja apreensível (Schutz, 1979, p. 128-129). Daí que um fator-chave é o tempo biográfico vivido (situação biográfica determinada) que dá a posição de experiência significada na configuração do sistema de relevâncias.

"Meaning is *radically a function of time*" (Muzzetto, 2006, p. 17). Assim, o espaço dado ao passado e ao futuro dentro de Schutz concerne ao *restorable reach* e ao *attainable reach*, ligados ao que o autor denominou *world in potential reach*. O passado e o futuro ficam intrinsecamente ligados às atualidades "possíveis", não exatamente à atualidade contemporânea (Schutz e Luckmann, 1973, p. 51-52).

Para Schutz, o significado se estabelece assim como a relação entre uma experiência vivida e a experiência total do indivíduo que se dá a partir de um ato de atenção que vai contra a *durée*, o fluxo de consciência, e a ação em realização. A reflexividade, capacidade de dar sentido aos atos efetuados pelo sujeito, vai contra a ação desempenhada em um dado momento. Essa esquizofrenia temporal é ponto pouco atrativo em Schutz, e é por não ter chegado a uma concepção de socialidade (tal qual, como veremos, Mead a emprega) que o autor é incapaz de ver a reflexividade como parte integrante do processo que constitui o fluxo de consciência da *durée*.

Schutz dá um passo importante ao colocar a questão do presente como ponto de partida de temporalização do mundo; no entanto, ao se confiar demasiadamente na experiência substantivista do mundo da vida, cai-se num essencialismo da experiência original que empresta às temporalizações presentes um caráter virtualmente negativo no que concerne à sua realidade. O tempo schutziano, fraturado entre a reflexividade e a vivência, mostra suas falhas neste momento.

A ordem social: um problema tempo-espacial

No âmbito do debate sobre o tempo no interior da teoria sociológica, o britânico Anthony Giddens é um ponto de passagem obrigatório. Representante clássico da geração que ficou conhecida pelos esforços operados no sentido de uma síntese teórica geral no último quarto do século XX (Alexander, 1987), Giddens parece construir sua teoria da estruturação indo em uma direção pluritemporalista e evitando várias das críticas temporais ao funcionalismo. Sua estratégia tem dois pontos gerais principais, a saber, a incorporação de uma série de debates em torno da questão do tempo em uma teoria social original e própria; e a utilização de um procedimento que compara aspectos tradicionais e aspectos modernos no intuito de elucidar esses últimos.

Em sua teoria da estruturação, Giddens identifica três níveis de temporalidade envolvidos na sua análise. Um primeiro nível se coloca no nexo imediato da interação trazido de maneira contingente pelos atores sociais, a forma mais elementar de reprodução social; um segundo nível concerne ao *Dasein*, o

organismo humano vivo, à contingência da vida face à morte e à reprodução biológica; um terceiro e último nível é relativo à reprodução institucional de longo prazo, à contingência das relações de transformação/mediação implicadas nos princípios estruturais da organização sistêmica. As instituições são vistas como práticas que se alongam nas distâncias espaçotemporais e permitindo a reprodução dos sistemas sociais. As práticas estruturais destes sistemas atam a temporalidade da *durée* do mundo da vida cotidiana à *durée* longa institucional, interpolada pela finitude da existência do ser humano individual (Giddens, 1995, p. 28). Assim, Giddens faz uma revisita à divisão temporal trinária de Fernand Braudel², adaptando-a a suas questões e tratando-a de maneira não estanque, já que suas camadas se relacionam de modo a ligar a temporalidade cotidiana à *longue durée* institucional humana.

Giddens trata de maneira conjunta as questões do tempo e do espaço. A partir de considerações (pós-)parsonianas, o autor incorpora o tempo-espaço ao interior da própria formulação do problema da ordem social, representando uma alteração fundamental no modo de conceber os propósitos da sociologia e da teoria social. Em Giddens, este problema deixar de ser uma pergunta sobre como é possível estabelecer a ordem e a coesão social tendo em vista a multiplicidade de indivíduos com interesses e objetivos distintos e conflitantes: trata-se de perguntar como os sistemas sociais põem em suspenso (*bracket*) o tempo-espaço – ou seja, como eles conseguem se estender por distâncias tempo-espaciais mais ou menos longas. O problema da ordem é visto a partir do distanciamento do tempo-espaço³ respondendo à seguinte questão: como é possível que práticas sociais organizem seu espaço-tempo de maneira a permitir a emergência de sistemas sociais (Giddens, 1987, p. 153)? Esta é uma questão precipuamente moderna já que é esta sociedade que lida exponencialmente com relações sociais não imediatas, fisicamente ausentes, onde a interação face a face é cada vez menos central.

Desse modo, o problema da ordem social é, fundamentalmente, um problema de ordem tempo-espacial, de como os sistemas sociais "atam" o tempo-espaço. É esse *bracketing*, esse "pôr entre parênteses" tais relações espaçotemporais que permite que os sistemas sociais amalgamem a presença e a ausência em situações de distanciamento espaçotemporal. Em outra formulação, o problema da ordem diz respeito a como as limitações da "presença" individual (*Dasein*) são transcendidas pelo alargamento das relações sociais através do tempo e do espaço (Giddens, 1984, p. 35): a "presenciação" é definida como uma quarta dimensão temporal (Giddens, 1995, p. 32). A dissolução espaçotemporal é realizada para que se consiga a emergência de um distanciamento espaçotemporal sistêmico social.

² Braudel estabeleceu uma conceituação influente em torno da temática temporal no debate historiográfico, distinguindo longa duração (relacionada a aspectos estruturais), de média duração (ligada a aspectos conjunturais) e de curta duração (mais afeita ao tempo individual, dos acontecimentos e eventos cotidianos). Ver o prefácio de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (Braudel, 1995).

³ Algo que deve ser notado aqui é a utilização de Giddens do binômio tempo-espaço (*time-space*), ordenamento inverso ao qual normalmente é referido, no domínio da física, à conjunção destas dimensões, como espaço-tempo (*space-time*).

Mas como é possível tal *bracketing*? A resposta teórica para o dilema da presenciação, sobre como é possível o distanciamento tempo-espacial crescente na modernidade, passa pela noção de desencaixe. Os mecanismos de desencaixe permitem uma de-localização dos contextos de atividade social, reorganizando relações sociais em zoneamentos espaçotemporais mais largos. Com este conceito de desencaixe, o autor quer se afastar das visões sociológicas que veem a evolução social exclusivamente através do prisma da especialização ou diferenciação funcional. São os processos de distanciamento tempo-espacial que estão no centro dos processos de mudança social e que possuem importância fundamental para caracterizar a natureza da modernidade (Giddens, 1990, p. 22).

Outra incorporação conceitual interessante é a ideia de *time-space edges*, que tenta enfatizar a existência simultânea e interconectada de diferentes tipos de sociedades, formas de contato e de encontro entre sistemas sociais que possuem princípios estruturais distintos e variáveis. Esses *time-space edges* são pontos privilegiados de transformação social já que interconectam sistemas sociais distintos. Para nosso ponto aqui, é importante considerar que estes *time-space edges* são simultâneos e contemporâneos, o que permite ao analista social evitar o desenvolvimento societal em termos evolucionários, nos quais as sociedades devem passar por determinados estágios estabelecidos por um modelo teórico. Antes de ser um encontro entre sociedades de diferentes épocas, os *time-space edges* são pontos privilegiados de transformação social que possuem tal caráter devido à sua constituição enquanto locais de conjunção de diferentes princípios organizacionais sociais. Assim, as sociedades "pré-capitalistas" (antes se diria não capitalistas) são, também, contemporâneas às sociedades capitalistas (Giddens, 1995, p. 83). Com essa proposição, o autor quer uma contemporaneização dos princípios organizacionais sociais não capitalistas, permitindo perceber que na organização social moderna, de caráter global, não subsistem apenas elementos capitalistas em sua constituição: ela depende também de se relacionar com sociedades não capitalistas vistas como sociedades pré-capitalistas.

Tempo social

Sociologia das categorias do espírito humano

A contribuição da Escola Sociológica Francesa para o debate sobre o tempo no âmbito da sociologia pode ser vista a partir do texto seminal de Mauss e Durkheim, "Algumas formas primitivas de classificação" (2001 [1903]). Este artigo pode ser lido como uma espécie de plano de trabalho que foi desenvolvido em pesquisas posteriores. Trata-se de um projeto de sociologização das categorias de pensamento aristotélico-kantianas. As afirmações dos autores levam adiante a ideia de que (i) há uma origem extralógica na lógica classificatória (algo parecido com outra afirmação de Durkheim, a de que há uma parte não

contratual no contrato social) e (ii) as classificações têm uma base sócio-histórica. A classificação das coisas do mundo é toda feita a partir das próprias divisões no interior da sociedade, em fraternas, clãs e outros segmentos: a própria divisão social permite a divisão do mundo. Assim, noções como as de espaço e tempo, previamente pensadas como inatas ao espírito humano, são tomadas como variáveis (e, portanto, arbitrarias) de acordo com as disposições sociais encontradas nas diferentes sociedades. Esse é o componente extralógico da lógica classificatória: a lógica sócio-histórica de constituição dessas categorias.

A afirmação da Sociologia passa, assim, por esses três movimentos: o da busca por um domínio especificamente social da realidade, o da sociologização de uma das principais atividades do espírito humano (categorização), e o da aplicação deste programa a categorias específicas, mas que eram vistas como pertencentes ao gênero humano como um todo e de forma dispersa e homogênea. Daí a pesquisa de Henri Hubert (2002 [1905]), que leva adiante a ideia do tempo social, tempo este que tem uma função importante na ritmização da vida coletiva e no estabelecimento dos calendários caracterizados pela marcação temporal socialmente outorgada e por sua caracterização a partir da dualidade sagrado/profano – o que permitiria a qualificação e a não homogeneização do tempo socialmente vivido. O próprio Durkheim, anos mais tarde, ainda recorreria a tal discussão em um de seus livros mais representativos reafirmando este caráter social do tempo (Durkheim, 1996).

Hubert estabelece o argumento sobre o tempo de maneira convencional ao grupo durkheimiano, ou seja, defendendo um domínio social *sui generis* onde o fato social atua na realidade. O tempo social ao qual Hubert se refere se distingue tanto do tempo absoluto e abstrato das noções e teorias físicas clássicas quanto das *durées concrètes* ligadas à noção (psicológica) de Henri Bergson (Hubert, 2002 [1905], p. 6).

Hubert identifica a criação de calendários não como algo associado a esse tempo absoluto e abstrato, mas sim à noção de tempo da religião e da mágica. A performance ritual permite que haja uma ritmização da vida social e coletiva provendo a base rítmica dos calendários.

A estrutura rítmica do tempo social trabalha não especificamente no sentido de mensurar o tempo, mas sim no de submeter a vida e os eventos coletivos a um ritmo calêndrico baseado na alternância de períodos temporais qualitativamente distintos. Essa alternância é estabelecida a partir de características fundamentalmente distintas dos tempos sagrado e profano. O sagrado, significando uma disposição de colocar à parte algo, seja uma data, um objeto ou um espaço, trata temporalmente certos períodos como datas críticas. Essas datas são momentos de consideração especial, solene e religiosa, que as difere da usualidade e normalidade dos períodos ordinários, comuns, profanos. Enquanto o tempo mítico sagrado é único, indivisível e colocado à parte, carregado por solenidades e por regras a serem observadas, o tempo cotidiano é ordinário, divisível, profano.

Hubert resume assim alguns pontos importantes de sua concepção sociológica sobre o tempo social: as datas críticas

interrompem a continuidade do tempo, estabelecendo uma ritmização da vida social; os intervalos compreendidos entre duas datas críticas associadas são, cada um por si, contínuos e indivisíveis (as interdições rituais servem para não atrapalhar a ordem das coisas sagradas em determinados períodos); as datas críticas são equivalentes aos intervalos que elas estabelecem, ou seja, são homogêneas e não passíveis de interpenetração mútua; esses procedimentos permitem que partes semelhantes sejam tomadas como equivalentes, ou seja, os atos religiosos e mágicos podem se repetir sem mudar, multiplicar-se no tempo permanecendo únicos, tornados assim uma sequência de eternidades; as durações quantitativamente desiguais são equalizadas e as durações iguais são desniveladas (Hubert, 2002 [1905], p. 11-16).

A discussão pormenorizada de tais características não cabe nas pretensões deste trabalho, mas é digno de nota que a discussão passa neste período por uma afirmação de um tempo especificamente social. E tal afirmação se dá por um movimento de contraposição ao tempo físico clássico newtoniano, que tem como características principais o atributo de ser absoluto, infinitamente divisível, quantitativo, homogêneo e, por isso mesmo, "vazio". A afirmação do tempo social se coloca a partir da relação entre sagrado e profano, como um tempo não divisível, qualitativo, heterogêneo, e ritmado entre tempos sagrados e profanos, "cheios" e "vazios". No entanto, e pelo fato que o autor permaneceu ligado a dois problemas distintos, quais sejam, um relacionado à sociologia da religião e outro ligado à teoria das representações coletivas, é possível apontar que Hubert buscou proeminentemente um tempo social *sagrado*, o que dificultaria a construção de uma teoria geral da representação do tempo social (Mauss, 1968).

Tempo social e tempo físico

Os autores Robert K. Merton e Pitirim A. Sorokin seguem esta direção colocada pela Escola Sociológica Francesa. O artigo "Social Time" (Merton e Sorokin, 1937) é uma luta pela afirmação de um tempo especificamente social em contraposição ao tempo astronômico (físico clássico newtoniano) que é uniforme, infinitamente divisível e provavelmente contínuo. Percebe-se bem que os autores seguiram boa parte dos preceitos ligados à Escola Francesa de Sociologia nas suas tentativas de sociologização das categorias do pensamento humano: a estratégia é a de defesa de uma pluralização das concepções sobre o tempo, e, para tanto, uma série de pensadores, psicólogos, filósofos e físicos é convocada em sua ajuda. Há uma afirmação do tempo qualitativo contraposto ao tempo quantitativo e homogêneo newtoniano, e a questão da ritmização da vida coletiva é fundamental para a marcação temporal social. Provê-se uma percepção diferenciada da passagem do tempo que vai contra a uniformidade e absolutividade do tempo físico clássico. A ritmização das atividades coletivas é fundamental para a constituição do tempo social.

A análise vai caminhando no sentido da submissão do tempo astronômico a um "emergente social", ligado ao processo

de urbanização e diferenciação social, o que envolvia "the organization of otherwise chaotic, individually varying, activities". Neste ponto percebe-se claramente uma diferença e uma aproximação entre Parsons e esses autores. A distinção é estabelecida, obviamente, pela afirmação de um tempo genericamente social, enquanto Parsons concebe o tempo como uma variável não manipulável e ligada à homogeneidade e absolutividade do tempo clássico newtoniano (cf. Parsons, 1959, p. 638ss.). Porém, há uma aproximação importante, relacionada a um certo pano de fundo ontológico da resolução do problema da ordem. A questão básica é a da sincronização e coordenação do comportamento social; a pergunta (hipotética) é parsoniana:

All time systems may be reduced to the need of providing means for synchronizing and co-ordinating the activities and observations of the constituents of groups. [...] With the spread of interaction between groups, a common, or extended time system must be evolved, to supersede or at least augment the local time systems (Merton e Sorokin, 1937, p. 627).

Esta passagem traz o foco na questão temporal enquanto coordenadora das atividades sociais. Os sistemas temporais podem muito bem serem usados para diferenciar grupos uns dos outros, como aconteceu com o cristianismo em relação ao judaísmo, e com o Islamismo em relação a essas duas religiões, por exemplo (Zerubavel, 1985). Desse ponto de vista, há implicado um caráter progressual-desenvolvimentista linear da construção de um sistema temporal social, que também é evidente em Elias (1998).

Retomada pragmatista e debate sociológico contemporâneo

Temporalismos temático, substantivo e plural

Herminio Martins, sociólogo português nascido em Moçambique, fez carreira em universidades anglo-saxãs e se especializou em temas que se situam entre a sociologia e filosofia. Seu debate em torno da temática temporal situa-se dentro de um exercício reflexivo sobre teoria social pós-funcionalista, propondo uma categorização original sobre o tempo a partir das noções de temporalismo temático e temporalismo substantivo (Martins, 1974). O temporalismo temático compreende o que o autor chama de problematização de questões temporais e históricas, discussões sobre modelos sincrônicos, invariantes analíticas e categorias estruturais tomados como tópico privilegiado da análise sociológica; por outro lado, o temporalismo substantivo abarca a incorporação de princípios ontológicos ou de prioridade metodológica temporais aos estudos sociológicos. O autor considera que a tematização temporal é frequente e generalizada (os casos do estruturalismo, do interacionismo simbólico e da fenomenologia social são exemplares), porém a

substantivação temporal ocorre com menor frequência. Assim, entre o temporalismo real e o temporalismo potencial há um *lag* denominado por Martins como *continued default*, uma ausência sistemática de discussão temporal (especialmente da substantiva) na teoria social.

Anos mais tarde, a socióloga austríaca Helga Nowotny atualiza o questionamento em torno da situação de *default* temporal, indicando que, ainda que tanto o temporalismo temático quanto o temporalismo substantivo tenham avançado na discussão sociológica, o segundo permanece menos corrente. O que representa uma novidade, porém, é uma espécie de terceiro termo, chamado pluritemporalismo (Nowotny, 1992, p. 424).

O que caracteriza tal pluritemporalismo? O fato de reconhecer que há uma diversidade de modalidades de tempo social que podem existir lado a lado, e de que há uma distinção entre esses vários tempos sociais e os tempos físico, biológico, etc. Nowotny conclui que há, portanto, uma tentativa de construção de um conceito de tempo social que seja mais abrangente e dinâmico, levando em conta essa pluralidade de tempos sociais (Nowotny, 1992, p. 425). A plurificação e a diversificação temporal parecem ser uma via principal de debate teórico social sobre o tempo nas últimas décadas (Adam, 1990; Bergmann, 1992; Chatterjee, 2004; Gurvitch, 1964; Martins, 1974; Šubrt, 2001).

O que transparece dessa busca de pluralidades e diversidades é uma espécie de temor ante as tentativas de unificação de um debate que, no entanto, devem ser perseguidas. Para poder contribuir com tal agenda, penso ser importante um resgate da vertente pragmática da discussão temporal no âmbito da sociologia, de maneira que se possa constituir uma agenda pluritemporal na pesquisa sociológica contemporânea.

Socialidade e temporalização

Georg H. Mead, pensador fundamental da corrente pragmatista americana, é particularmente conhecido por haver desenvolvido um complexo teórico original no entendimento da origem psicossocial do *self* em sua obra póstuma e oriunda de anotações de seus alunos *Mind, Self, and Society* (Mead, 1934). No entanto, suas contribuições não se limitaram nem a essa obra e nem a esse campo. Um ponto primário do pensamento de Mead sobre o tempo é a colocação do presente enquanto *locus* da realidade. O que ele quer dizer com tal asserção? Que a temporalização da realidade sempre se dá a partir do presente. Mas o que caracteriza esse presente? "For that which marks a present is its becoming and its disappearing" (Mead, 2002, p. 35). Dois pontos são levantados por Mead nesta frase: o *becoming* tem a ver com a capacidade de emergência do novo no interior do presente, sendo esta emergência o que possibilita ao presente marcar uma diferença em relação ao passado, evitando assim que o passado tenha um impacto direto e completo sobre o presente. A referência mestre (*chief reference*) do presente é o *evento emergente* ("*emergent*"); é isto que lhe dá seu caráter presenteísta. Explica-se a possibi-

lidade de surgimento do novo e da mudança da realidade, a partir do caráter emergente da atualidade que permite sua inovação em relação ao passado. Desta maneira, Mead enfraquece o determinismo filosófico que não consegue explicar como pode haver inovação na realidade. Este evento emergente possui um algo mais, que o diferencia da somatória dos eventos passados e permite adicionar conteúdos novos que estes eventos não possuiriam por si só. São estes eventos emergentes que dão identidade à passagem do tempo de maneira a marcá-lo qualitativamente. O segundo ponto, relativo ao *disappearing*, tenta dar conta da efemeridade do presente, de sua incapacidade de se projetar eternamente no tempo (o outro lado da moeda da emergência contínua da novidade). Como apresentado por Arthur Murphy em seu texto introdutório ao *Philosophy of the Present*, Mead realiza uma "philosophy of nature in the present tense" (Murphy, 2002). Mead mostra-se um filósofo antiessencialista, enfatizando o caráter relacional e processual da realidade. É esse antiessencialismo que o distancia de Schutz e de sua temporalidade fenomenológica.

Mead estabelece uma temporalização do presente de uma maneira processualista e relacionista, dando espaço ao caráter eminente e iminentemente emergente que justamente caracteriza o presente. O caráter de novidade, de mudança, de criação de algo que não existia anteriormente é sempre colocado neste aspecto emergente contido no presente: é a partir dele que se temporaliza o presente, e que permite que a mente (*mind*, ou o espírito) estabeleça relações temporais entre o passado e o futuro a partir do presente.

The pasts and futures [...] find their locus in what is called mind. While they are in the present, they refer to that which is not in that present, as is indicated by their relation to past and future. They refer beyond themselves and out of this reference arises their representational nature. They evidently belong to organism, that is to emergent events whose nature involves the tendency to maintain themselves. In other words their situation involves adjustment looking toward a past, and selective sensitivity looking toward a future (Mead, 2002, p. 52-53).

Qual é a relação entre o passado e o presente em Mead? O primeiro tem um caráter forte de irrevocabilidade, e de conformação e condicionamento do presente. Mas o segundo tem sua especificidade ligada ao seu caráter "emergencial" que dá espaço à novidade, e que *não* pode estar contida neste espaço. Entre a novidade e o anterior, emerge uma relação também nova que gerará uma interpretação do passado a partir do presente emergente. Há uma descontinuidade do presente que é caracterizada a partir da emergência da novidade.

Mead identifica dois tipos de passado: um irrevocável e outro revocável. O irrevocável, como o próprio nome diz, é o passado que não pode ser atualizado no presente. Ele existiu, enquanto atualidade, mas deixou de existir, apesar de, em última instância, ter inclusive condicionado o presente. Mas é no passado revocável que se encontra o ponto forte do pensamento meadiano sobre o passado: é pela evocação do passado de

acordo com as situações presentes que ele tem sua condição de passado revocável confirmada. O passado só é passado em relação ao presente: enquanto tal, ele tem antes uma configuração relacional que substantiva.

A reconstituição do passado no presente é feita utilizando-se "aparatos" – memórias e testemunhos orais que provêm de um passado – para responder perguntas formuladas presenteisticamente. Quatro são as características dessa reconstituição do passado (e da possibilidade do exercício científico sobre ele): (i) todos 'aparatos' do passado (memórias, fotografias, monumentos, etc.) estão localizados no presente; (ii) uma parte do passado é determinada pelo evento emergente; (iii) para conhecê-lo, é necessário o teste da formulação do passado de acordo com os eventos emergentes na experiência; (iv) ou seja, o passado do qual se fala se coloca, assim como todos seus caracteres, no presente.

A temporalização estabelecida por Mead é relacionista, no sentido de que a constituição do passado se dá a partir de questões, recursos e processos desenvolvidos no presente: o passado não é essencialista ou substantivo, mas submetido a questões e necessidades presenteístas. Mead estabelece tal combate ao essencialismo através de um princípio bergsoniano: "if becoming is real...". O tornar-se, o devir, é colocado de maneira tão real quanto qualquer realidade ou essência ulterior através de uma proposição relacionista da realidade. Mas como é possível levar adiante um pensamento sobre o devir que dá a este a possibilidade de realidade na transiência do mundo e do presente? É pela noção de socialidade que Mead tenta responder tal questão:

Sociality is 'the situation in which the novel event is in both the old order and the new which its advent heralds. Sociality is the capacity for being several things at once.' (page 75 [de Mead 2002]) But in its dynamics aspect it is more than this. The novel event must not merely be in two systems ; it must adjust this plurality of systematic relations in such fashion that 'its presence in the later system change its character in the earlier system or systems to which it belongs' (page 92) while its older relations are reflected in the new system it has entered (Murphy, 2002, p. 25).

Este é um dos principais pontos que G. Mead consegue levar adiante: uma concepção de socialidade onde este seja a capacidade de algo ser várias coisas ao mesmo tempo (e em diferentes tempos): um *generalized other* que incorpora potências temporais e que se ajusta continuamente às mudanças pelas quais as relações sociais passam e provocam. A presença de um evento/coisa em dois ou mais sistemas permite que relações conectadas, mas relativamente contingentes, possam afetar a realidade processual e relacional da realidade em questão. A emergência de um evento novo (como a consciência e vida nos aspectos mais behavioristas do pensamento meadiano) passa a ter um impacto nas condições reais dos acontecimentos reais, forjando uma realidade própria que tem uma causalidade e impacto amplos e próprios.

Tempo intemporal e momento instantâneo

Como foi visto na seção sobre Anthony Giddens e sobre o tempo social de Merton/Sorokin, um dos problemas fundamentais da sociologia contemporânea é ligado à ordem, de como os sistemas sociais procedem a uma amarração do tempo-espaço de maneira a lidar com a alternância presença/ausência. O distanciamento do tempo-espaço, através da proliferação dos mecanismos de encaixe e desencaixe, é fundamental para prover um dinamismo inédito às configurações sociais estabelecidas modernamente. Uma compressão espaçotemporal permitida pela organização racional das atividades sociais na modernidade é o que permite que as organizações sociais modernas possam ligar o local e o global (Giddens, 1990). Algumas interpretações vão à direção de apreender a radicalização deste processo de compressão dos fenômenos e eventos e da emergência de um tempo intemporal.

Manuel Castells, sociólogo espanhol que se dedicou à problemática urbana e da globalização, vê o problema da sociedade contemporânea a partir da identificação de uma lógica de rede que desloca o modelo tradicional de organização social, antes fortemente baseado no "comando", no "poder", na "hierarquia de funções", na "troca voluntária" e no "contrato": há a emergência recente de redes colaborativas articuladas entre coletividades sociais que podemos chamar de 3ª modernidade (Castells, 2007; Domingues, 1999, 2009).

Tratando do tema da sociedade da informação, objeto de um de seus livros, o autor espanhol tenta avaliar a emergência, de acordo com o paradigma da informação, de um tempo intemporal, lastreado em uma instantaneidade das relações sociais globais que coloca uma inediticidade na contemporaneidade social. "[A] transformação do tempo sob o paradigma da tecnologia da informação, delineado pelas práticas sociais, é um dos fundamentos de nossa nova sociedade, irremediavelmente ligada ao surgimento do espaço de fluxos" (Castells, 2007, p. 523).

A temporalidade moderna dominante no período anterior ao da sociedade da informação possui características muito próximas daquela identificada por Lukács. O conceito de tempo cronológico, ou seja, homogêneo, abstrato e vazio, era o conceito dominante de tempo na modernidade. Tal tempo cronológico é importante para a constituição do capitalismo industrial, devido à sua articulação com as operações de compressão de tempo e de sua racionalização. Neste sentido, para Castells, a modernidade clássica pode ser definida como o domínio do tempo cronológico sobre o espaço e a sociedade (Castells, 2007, p. 525).

Todavia, a sociedade da informação, essa "nova sociedade", acaba por dissolver tal temporalidade cronológica em uma fragmentação inédita na história ocidental. Tal quebra, tal ruptura do ritmo "tradicional" provoca o que Castells chama de "confusão sistêmica" que se deve à "compressão da ocorrência dos fenômenos visando a instantaneidade" e à "introdução

da descontinuidade aleatória na sequência": um "tempo não-diferenciado", equivalente à eternidade, que embaralha tanto o tempo homogêneo do capital e da racionalização ocidental quanto a separação sagrado-profano da cadência social da vida coletiva (Castells, 2007, p. 556). Há não somente uma "relativização do tempo de acordo com os contextos sociais", mas um "retorno à reversibilidade temporal, como se a realidade pudesse ser inteiramente captada em mitos cíclicos". Essa nova temporalidade dominante em nossa sociedade, ligada ao paradigma da informação e ao espaço de fluxos, desloca a sequência cronológica dos fenômenos e permite a emergência de um novo esquema temporal. Emerge não exatamente um tempo recursivo, cíclico, mas *incurso* e *aleatório*: um *tempo intemporal*, capaz de abstrair dos contextos imediatos de existência e de se apropriar de quaisquer elementos que estes contextos possam oferecer para o *presente eterno* (Castells, 2007, p. 526). A partir disso, é possível desde já explicitar a hipótese que Castells leva adiante, de que a *"sociedade em rede caracteriza-se pela ruptura do ritmo, ou biológico ou social, associado ao conceito de um ciclo de vida"* (Castells, 2007, p. 538).

Chegamos, portanto, às duas características principais dessa nova temporalidade que emerge a partir da nossa contemporaneidade: a eternidade e a efemeridade. Essa quebra contínua do ritmo, nos espaços de fluxos, cria uma nova cultura da sociedade da informação, que

é simultaneamente uma cultura do eterno e do efêmero. É eterna porque alcança toda a sequência passada e futura das expressões culturais. É efêmera porque cada organização, cada sequência específica, depende do contexto e do objetivo da construção cultural solicitada. Não estamos em uma cultura de circularidade, mas em um universo de temporalidade não-diferenciada de expressões culturais (Castells, 2007, p. 554).

No entanto, é necessário problematizar esta "temporalidade não-diferenciada das expressões culturais". Este tempo intemporal, contudo, não é para todos, pois submete populações inteiras ao tempo ordinário da vida cotidiana, enquanto permite a outros grupos uma liberdade de movimentação de acesso a recursos sociais inéditos em nossa história. Essa desigualdade temporal é explicada pelas novas maneiras através das quais a relação capital – trabalho é posta na sociedade em rede. O desenvolvimento da sociedade da informação opera assim uma dissociação dos termos desta relação que é análoga à diferenciação tempo intemporal *versus* tempo cronológico. A "vingança histórica do espaço" é característica dessa temporalidade: enquanto antes se percebia uma razão histórica temporal para o desenvolvimento da sociedade humana, das relações sociais, hoje há o estabelecimento de uma temporalidade intemporal que, por meio da "confusão sistêmica", simultaneiza os acontecimentos e sequências nestes espaços de fluxos, espaço do suprasumo da globalização e da liberdade de movimentos, enquanto submete outros locais ao tempo cronológico tradicional e atrasado da "antiga" modernidade.

Conclusão: temporalização do espaço social

Esse percurso de configuração teórica da temática temporal nos permitiu apontar elementos diversos para compreender: (i) a especificidade da modernidade enquanto época histórica que se desdobra nas configurações sociais inéditas da problemática espaçotemporal; (ii) se em um primeiro momento a modernidade atua no sentido de homogeneizar a experiência temporal, buscando um tempo homogêneo, atualmente ela se direciona para uma diversidade de sentidos, que provê um caráter heterogêneo à multitemporalidade desta experiência; (iii) o avanço da pluralização e da diversificação rítmico-temporal, tanto no âmbito teórico quanto prático, se encontra radicalizado na 3ª modernidade, na qual o alongamento/distanciamento das relações sociais coincide com a emergência de um tempo intemporal e imediatista, que rompe com os ciclos temporais tradicionais.

A impressão que nos resta após tal incursão é a de que há processos temporais importantes que contribuem para a marginalização e a tradicionalização de populações, culturas e sociedades inteiras. Como bem observou Lukács, as práticas, populações, culturas e outras especificidades humanas, quando se dispõem a resistir ao processo de mercantilização ou de racionalização moderno, são tomadas não só como impedimentos para o avanço deste processo, mas igualmente como arcaísmos de um passado fadado a terminar. Já Castells analisa este processo como aquele de criação de espaço de fluxos e de tempo intemporal, onde a marginalização é feita pela submissão dos excluídos ao próprio tempo cronológico instaurador da modernidade anterior.

Para além da espacialização do tempo, focada na primeira seção deste trabalho como sendo parte fundamental de uma concepção ontológica de ao menos parte da teoria sociológica clássica, destacamos outro processo análogo de *temporalização do espaço social*: uma série de procedimentos, metodológicos, econômicos, sociais e políticos, que sistematicamente marginalizam temporalmente culturas e populações. É na relação entre sistemas sociais, entre subjetividades coletivas, que há uma configuração dimensional espaçotemporal que expressa relações de poder desiguais.

Essa temporalização do espaço social opera não somente uma violência simbólica (Bourdieu, 1989) ao exercer um efeito sem aparente dispêndio de energia que solapa a capacidade das coletividades de constituírem temporalidades próprias, como opera também uma profecia autorrealizada (Merton, 1970) ao legitimar (e efetivar) uma temporalidade específica enquanto uma temporalidade universalmente humana.

Isso se verifica em diversas dimensões da vida social, passando pelo nível discursivo (a utilização de expressões como "ainda"), conceitual (subdesenvolvimento, primitivos, tradicionais), institucional (divisão do mercado de artes em Garcia Canclini, 2003) e político (populismo, patrimonialismo). Há uma assimetria

fundamental, por exemplo, no tratamento metodológico científico de diferentes sociedades de acordo com sua capacidade e seu poder de se projetarem nas temporalizações, oferecendo acesso desigual às possibilidades do presente, impossibilitando seu futuro e relegando-as ao passado. Como Herminio Martins identificou, certas populações recebem sistematicamente um tratamento analítico que as explica com referência ao seu passado, às estruturas subjacentes da tradição social, grupal, cultural, reduzindo a análise sociológica à identificação de interpenetrações entre o tradicional e o moderno, entre a estrutura econômica social (endógena) e aquela mercantil-capitalista (exógena) (Martins, 1974, p. 279). Apesar de escrito há 40 anos, o texto de Martins traz uma formulação extremamente contemporânea a respeito dessa "redução" de movimentos políticos radicais a manifestações de relações políticas tradicionais (isto é, o "ressurgimento do populismo na América Latina", por exemplo). É a negação teórica, conceitual e metodológica da capacidade de coletividades tomarem para si os rumos de sua própria história e criarem para si um futuro à sua semelhança. É essa curiosa assimetria do outro que Fabian identifica (1983; Nowotny, 1992) no tratamento de objetos-sujeitos de estudo antropológico em termos assíncronos e exógenos.

A *temporalização do espaço social* é ligada à diferenciação, no interior do espaço social, entre o arcaico e o atrasado (que resistiriam ao capital e à modernidade), e entre o progresso e o desenvolvimento (que levariam adiante as relações permeadas pelo capital e pela modernidade): esse é o mecanismo básico da temporalização do espaço social. A partir da espacialização do tempo, isto é, da reificação de uma temporalidade específica tomada como sendo universalmente humana, pode-se deslizar essa temporalidade objetivada (uma abstração real) sobre o espaço: qualquer impedimento encontrado ao longo do caminho é pensado como algo anterior à temporalidade moderna. Neste caso, a espacialização do tempo permite que haja uma desigualdade temporal do espaço social: passado, presente e futuro são distribuídos distintamente ao longo do espaço social de acordo com o sistema de relações sociais de poder. O tempo heterogêneo emerge quando há uma contemporaneização destes arcaísmos e tradições, de maneira a situá-los no interior das ofensivas modernizadoras.

Dessa maneira, podemos recontemporaneizar populações, culturas, práticas e sociedades que foram antes tratadas como arcaicas, atrasadas por representar um impedimento ao avanço do sistema capitalista e da modernidade. A existência destas não deve ser explicada por meio de sua "sobrevivência", como mero resquício do passado que se equilibra precariamente no presente e que se encontra fadado a desaparecer: são suas próprias relações atualmente existentes que, mesmo tendo sua história e seu desenvolvimento específicos, sustentam e explicam sua existência e potencialidades. As forças sociais são contemporâneas, ainda que desiguais. A assimetria temporal identificada por autores acima é resultado desta luta entre forças sociais dispares e desiguais.

Ainda que não seja o caso de neutralização destas temporalizações, trata-se do caso de exposição científica dos pres-

supostos básicos da análise, de fazer do tácito algo manifesto (Baert, 2000, p. 229). O que falta aqui, e que resta como objeto para futuras pesquisas, é como tais temporalidades emergem no contexto atual. Nossa aposta é de que essas respostas devam ser buscadas por meio de uma causalidade coletiva que cria temporalizações ressonantes às diferentes subjetividades coletivas, configurando uma dimensão espaçotemporal coletiva que implique desigualdade temporal entre estas subjetividades (Domingues, 2004). O estudo sobre tais processos é fundamental para se entender a configuração moderna contemporânea neste novo século que já se iniciou. Uma modernidade múltipla tem, como uma de seus componentes fundamentais, uma temporalidade múltipla. A temporalização de nossa contemporaneidade é um dos processos sociais que alicerçam a estrutura social temporalmente desigual neste século que já se iniciou. Este trabalho quer, mais do que dar sobrevida aos que são continuamente condenados à morte, prover-lhes um futuro, algo que lhes é reiteradamente negado. Não basta valorizar o passado: há que trilhar no presente o caminho que queremos de modo a construirmos nosso futuro.

Referências

- ADAM, B. 1990. *Time and Social Theory*. Cambridge, Polity Press, 192 p.
- ALEXANDER, J. 1987. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(4):5-28.
- BAERT, P. (ed.). 2000. *Time in Contemporary Intellectual Thought*. North-Holland, Elsevier, 337 p.
- BERGMANN, W. 1992. The Problem of Time in Sociology: An Overview of the Literature on the State of Theory and Research on the 'Sociology of Time', 1900-82. *Time & Society*, 1(1):81-134.
- <http://dx.doi.org/10.1177/0961463X92001001007>
- BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 311 p.
- BRAUDEL, F. 1995. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 693 p.
- CASTELLS, M. 2007. *A sociedade em rede: Vol. 1*. São Paulo, Paz e Terra, 698 p.
- CHATTERJEE, P. 2004. *Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. New York, Columbia University Press, 173 p.
- DOMINGUES, J.M. 1999. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 268 p.
- DOMINGUES, J.M. 2002. *Interpretando a modernidade: imaginário e instituições*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 337 p.
- DOMINGUES, J.M. 2004. *Ensaio de Sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 262 p.
- DOMINGUES, J.M. 2009. *América Latina e a modernidade contemporânea*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 255 p.
- DURKHEIM, É. 1996. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 609 p.
- ELIAS, N. 1998. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 165 p.
- FABIAN, J. 1983. *Time and The Other: How Anthropology Makes Its Object*. New York, Columbia University Press, 205 p.
- GARCIA CANCLINI, N. 2003. *A globalização imaginada*. São Paulo, Iluminuras, 223 p.
- GIDDENS, A. 1984. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley, University of California Press, 402 p.

- GIDDENS, A. 1987. *Social Theory and Modern Sociology*. Stanford, Stanford University Press, 310 p.
- GIDDENS, A. 1990. *The Consequences of Modernity*. Cambridge, Polity Press, 186 p.
- GIDDENS, A. 1995. *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. 2ª ed., Stanford, Stanford University Press, 294 p.
- GURVITCH, G. 1964. *The Spectrum of Social Time*. Dordrecht, Reidel, 152 p.
- HUBERT, H. 2002 [1905]. Étude sommaire de la représentation du temps dans la religion et la magie. In: H. HUBERT; M. MAUSS (orgs.), *Mélanges d'histoire des religions*. Chicoutimi, Québec, Université du Québec, p. 189-229.
- LUKÁCS, G. 2003. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 598 p.
- MARTINS, H. 1974. Time and Theory in Sociology. In: J. REX (org.), *Approaches to Sociology*. London, Routledge and Kegan, p. 246-278.
- MAUSS, M. 1968. Compte Rendu de Hubert La Representation du temps. In: M. MAUSS; V. KARADY (orgs.), *Oeuvres 1*. Paris, Les Editions de Minuit.
- MAUSS, M.; DURKHEIM, É. 2001 [1903]. Algumas formas primitivas de classificação. In: M. MAUSS (org.), *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva, p. 399-455.
- MEAD, G.H. 1934. *Mind, Self, and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago, The University of Chicago Press, 401 p.
- MEAD, G.H. 2002. *The Philosophy of the Present*. Amherst, Prometheus Books, 199 p.
- MERTON, R.; SOROKIN, P. 1937. Social Time: A Methodological and Functional Analysis. *The American Journal of Sociology*, 42(5):615-629. <http://dx.doi.org/10.1086/217540>
- MERTON, R. K. 1970. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 758 p.
- MURPHY, A. 2002. Introduction. In: G.H. MEAD (org.), *Philosophy of the Present*. Amherst, Prometheus Books, p. xi-xxxv. <http://dx.doi.org/10.1017/cbo9780511550003.005>
- MUZZETTO, L. 2006. Time and Meaning in Alfred Schütz. *Time & Society*, 15(1):5-31. <http://dx.doi.org/10.1177/0961463X06061334>
- NOWOTNY, H. 1992. Time and Social Theory: Towards a Social Theory of Time. *Time & Society*, 1(3):421-454. <http://dx.doi.org/10.1177/0961463X92001003006>
- PARSONS, T. 1959. An Approach to Psychological Theory in Terms of the Theory of Action. In: S. KOCH (org.), *Psychology: A Study of a Science*. New York, McGraw-Hill, vol. 3, p. 612-711.
- SCHUTZ, A. 1979. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 319 p.
- SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. 1973. *The Structures of the Life-World*. Evanston, Northwestern University Press, 335 p.
- ŠUBRT, J. 2001. The Problem of Time from the Perspective of the Social Sciences. *Czech Sociological Review*, 9(2):211-224.
- THOMPSON, E.P. 1967. Time, Work-discipline and Industrial Capitalism. *Past and Present*, 38:56-97. <http://dx.doi.org/10.1093/past/38.1.56>
- VANDENBERGHE, F. 2009. *A Philosophical History of German Sociology*. New York, Routledge, 340 p.
- ZERUBAVEL, E. 1985. *The Seven Day Circle: The History and Meaning of the Week*. New York, Free Press, 206 p.

Submetido: 20/07/2015

Aceito: 11/12/2015